



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **Relatório de Atividades**

**3º trimestre de 2023**



## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO	3
GOVERNANÇA DO TCEES	4
Visão Geral Organizacional	4
Planejamento Estratégico	5
Projetos Prioritários	5
Unidades de Apoio à Governança do TCEES	7
Corregedoria	7
Controle Interno	7
Informações para a Sociedade	9
Gestão da Comunicação	9
Ouvidoria	10
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	12
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	13
Gestão de Pessoas	13
Gestão Educacional	14
Gestão Orçamentária e Financeira	15
Gestão Documental	17
Gestão da Tecnologia	17
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	22
Educação	23
Saúde	23
Previdência	24



Folha de pagamento _____	24
Mobilidade Urbana _____	25
Saneamento Básico _____	25
Parceria Público-Privada e concessão _____	26
Obras Públicas _____	26
Auditoria Financeira _____	27
Receita Pública _____	28
Gestão Fiscal _____	29
Parcerias Interinstitucionais _____	30
Atos do Plenário e das Câmaras _____	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	32
ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL _____	34



## **INTRODUÇÃO**

No 3º trimestre de 2023, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) executou importantes ações e alcançou resultados positivos, tanto na área do controle da gestão pública quanto na área administrativa.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, §4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades, que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação de contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração deste relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.



## **GOVERNANÇA DO TCEES**

### **Visão Geral Organizacional**

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e câmaras municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as responsabilidades no que tange ao atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas



e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.

## **Planejamento Estratégico**

No segundo trimestre de 2023 foi dado início ao processo de construção do novo Plano Estratégico do TCEES 2024-2037. Para tanto, foram realizadas sete oficinas, três delas neste terceiro trimestre, objetivando a construção da identidade organizacional, cadeia de valor e os objetivos estratégicos deste plano de longo prazo.

Em agosto, foi realizada a oficina de validação final da proposta do Plano Estratégico do TCEES com os grupos técnico e ampliado. A minuta está em vias de aprovação final pelo Conselho Superior de Administração desta Corte de Contas.

## **Projetos Prioritários**

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários.

Os 21 projetos prioritários aprovados para o ano de 2023 foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que devam resultar no aprimoramento da gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria



de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

No 3º trimestre de 2023, os gestores destes projetos e suas equipes deram andamento à execução de seus projetos. O andamento dos projetos é monitorado pela Asgov e fica disponível no Painel dos Projetos Prioritários, do sistema e-TCEES, para que todos os membros e servidores do Tribunal possam acompanhá-los. No final de setembro, mais de 60% das entregas previstas haviam sido concluídas.



## UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

### Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2022-2023, o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e a prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

No 3º trimestre de 2023, a Corregedoria realizou diversas ações acerca dos temas: controle de prazos processuais e alertas do sistema e-TCEES; Observatório de Desempenho Institucional; correição ordinária; reunião com as comissões disciplinares; processos disciplinares; e atividades técnicas e administrativas diversas.

Foram realizadas também ações externas como a participação no 3º Seminário Nacional de Processos Administrativo Disciplinar e na reunião técnica do Comitê de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Interno e Social da Associação dos Membros dos tribunais de contas do Brasil (Atricon).

### Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.





No 3º trimestre de 2023, o NCI realizou auditoria de gestão; levantamento e apoio nos ajustes para melhoria no atendimento pelo TCEES aos critérios estabelecidos no Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP; instruções em protocolo de solicitação de acesso à informação; elaborou pareceres de Controle Interno sobre concursos públicos; dentre outras atividades.



## INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

### Gestão da Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das suas atribuições e dos resultados de suas ações, visando a transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Instagram e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet. No quadro a seguir estão dispostos dados acerca da atuação da Secretaria de Comunicação (Secom).

Quadro 1 - Principais atividades da SECOM

Principais atividades de comunicação	3º trimestre de 2023
<b>Jornalismo</b>	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	37
Nº de entrevistas coletivas	-
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	11
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	352
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 4.280.325,38
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	152
Nº de notícias inseridas na Intranet	77
Vídeos pós-produzidos	-
Eventos fotografados	31
<b>Redes sociais</b>	
Nº de postagens em redes sociais	488 (feed e stories)
Nº de visualizações em redes sociais	671.563 impressões
Nº de vídeos postados (Facebook e Instagram)	30
<b>Audiovisual</b>	
Nº de campanhas internas realizadas	10
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	520

Fonte: SECOM



Neste trimestre, o Tribunal de Contas estreou na TVE-ES – canal aberto de televisão - o programa *É da Sua Conta*. O espaço, de 12 a 15 minutos, é usado para explicar ao público local quais são as principais atribuições do TCEES e sua composição; mostrar a relevância da instituição para a sociedade; apresentar o resultado de suas fiscalizações, entre vários outros assuntos institucionais.

Ainda no trimestre, o TCEES, por intermédio da Secom, assinou com o Supremo Tribunal Federal (STF) o termo de adesão ao Programa de Combate à Desinformação (PCD). A criação do programa está inserida no contexto do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), à qual o Supremo aderiu integralmente, que estabelece a meta de promover instituições fortes, inclusivas e transparentes em todos os níveis: o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e baseada no respeito aos direitos humanos; e a expansão do acesso efetivo à Justiça.

Como ação do programa, em setembro, o STF promoveu seminário sobre o tema, debatendo junto a representantes da sociedade civil e da academia formas de enfrentar a desinformação e o discurso de ódio. A equipe da Secom esteve em Brasília, participando do seminário. Além disso, foi criado o slogan “Quem com fake fere, com fake será ferido” para alertar, nas redes sociais, sobre os perigos da desinformação e da divulgação de notícias falsas, com a produção de vídeo, no formato “povo fala”, com opinião de cidadãos sobre o tema. A peça foi compartilhada no instagram do TCEES e da Atricon.

## **Ouvidoria**

A Ouvidoria é um canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública. Prevista no artigo 7º da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a participação dos cidadãos



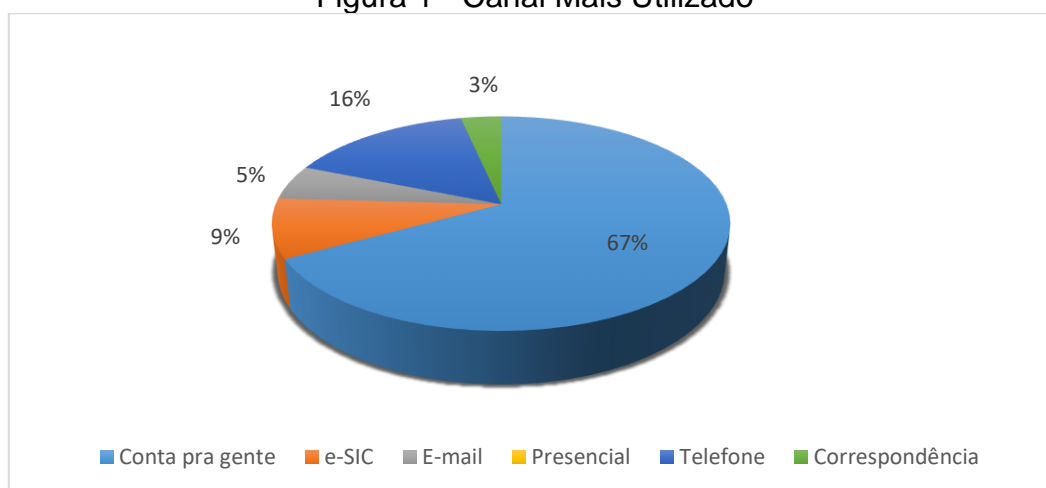
no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 3º trimestre de 2023, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 324 demandas, sendo 295 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 29 pedidos de acesso à informação. Todas as demandas foram atendidas dentro do prazo. A produtividade em relação ao mesmo período do ano passado (3º trimestre de 2022) aumentou em 23,6%.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações é o sistema Conta pra Gente, com o recebimento de 217 manifestações, o que correspondeu a 67% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico a seguir:

Figura 1 - Canal Mais Utilizado



Obs: Incluído como correspondência os ofícios do Ministério Público e outros órgãos protocolados no NCD.

Fonte: Ouvidoria



## Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 3º trimestre de 2023, o MPC emitiu 11 termos de verificação de valores pagos no exercício.

Quadro 2 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 3º trimestre de 2023.

<b>Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES*</b>	<b>3º trimestre 2023</b>
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 20.951,30
Multas recolhidas	R\$ 11.285,00
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 1.260,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 33.496,30</b>

\* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.



## CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

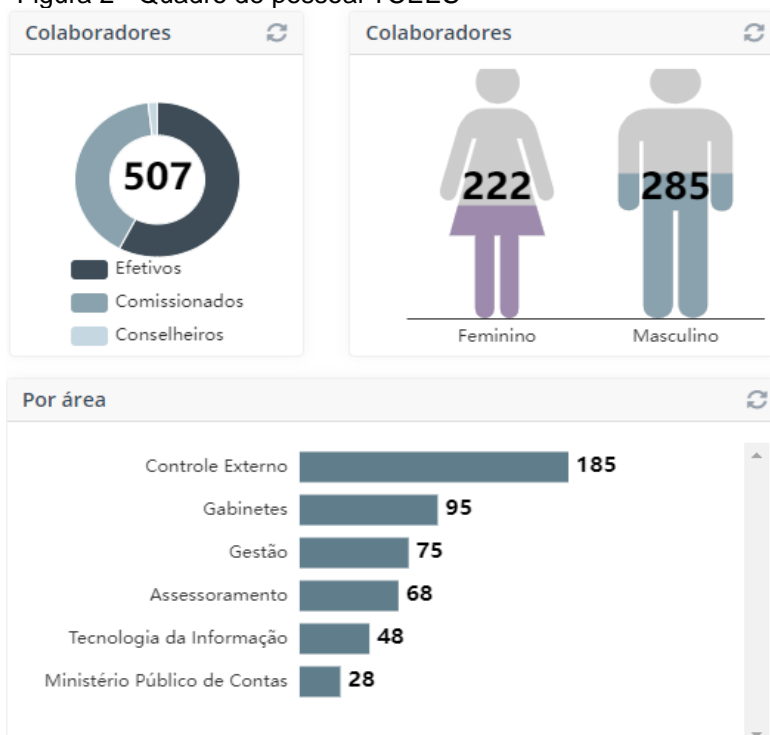
Neste capítulo, são apresentados os resultados alcançados no 3º trimestre de 2023 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos do TCEES.

### Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

Figura 2 - Quadro de pessoal TCEES



Fonte: sistema e-TCEES



Dos 507 colaboradores, 58% são efetivos, 41% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES. A instituição conta com 41 cargos de gestão, sendo 20 ocupados por servidores do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

No 3º trimestre de 2023, foram realizadas palestras para os servidores voltadas para a prevenção de doenças, ações motivacionais, e acompanhamento dos servidores licenciados. Foi realizado também o Programa de Ambientação de Novos Servidores ao Tribunal de Contas; e o Programa de Orientação à Gestante.

O Serviço Médico da SGP passou a disponibilizar oportunidade para que todos os servidores pudessem realizar consulta médica de caráter preventivo online. A ação é parte do Programa “Saúde do Servidor” e visa a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores do Tribunal.

## **Gestão Educacional**

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No 3º trimestre de 2023, houve a participação de 3.423 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela ECP em modalidade presencial e à distância.

No quadro a seguir apresenta-se os resultados da capacitação neste trimestre.

Quadro 3 - Resultados da capacitação

<b>Resultados da capacitação</b>	<b>3º trimestre 2023</b>
<b>Eventos</b>	<b>104</b>
<b>Eventos para servidores do TCEES</b>	<b>58</b>
Interno (promovido pelo TCEES)	9



Externo (promovido por outras instituições)	45
Iniciativa do servidor	-
Outros eventos	4
<b>Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)</b>	<b>44</b>
<b>Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)</b>	<b>2</b>
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>3.423</b>
Servidores e membros do TCEES	264
Jurisdicionados (Presencial)	2.859
Jurisdicionados (EAD)	300
<b>Horas de capacitação</b>	<b>5.444</b>
Servidores e membros do TCEES	5.035
Jurisdicionados (Presencial)	358
Jurisdicionados (EAD)	51

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$ 3.680.000,00 foram utilizados até o momento R\$ 2.740.943,05.

Neste trimestre, além de suas atividades rotineiras, a ECP promoveu cursos relacionados ao Programa de Ambientação, desenvolvido no período de 8 a 30 de agosto, para 20 novos auditores de controle externo que ingressaram na Corte.

## **Gestão Orçamentária e Financeira**

O orçamento do TCEES para o exercício de 2023 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 150.589.405,00. O Quadro a seguir apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.





Quadro 4 - Execução orçamentária

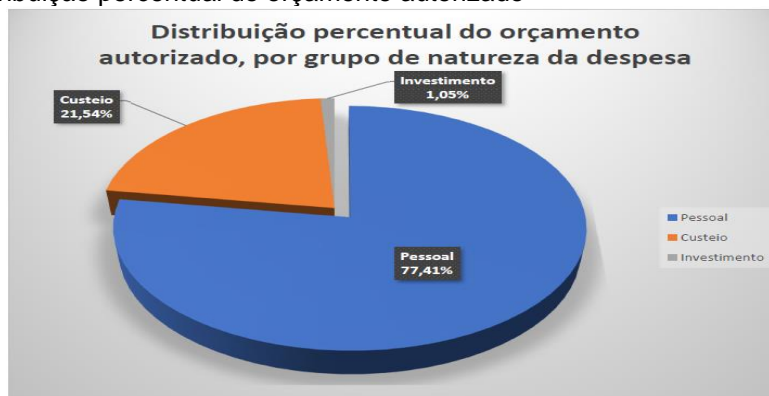
Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada <sup>(1)</sup>	Empenhado <sup>(1)</sup>	Liquidado <sup>(1)</sup>	Pago <sup>(1)</sup>
<b>Despesas correntes</b>	147.615.925,00	188.997.342,00	173.550.812,34	119.255.768,11	118.829.280,85
Pessoal	113.490.595,00	147.849.800,00	139.080.668,31	98.338.911,22	97.992.871,79
Pessoal - Ativo	113.490.595,00	147.849.800,00	139.080.668,31	98.338.911,22	97.992.871,79
Outras despesas (custeio)	34.125.330,00	41.147.542,00	34.470.144,03	20.916.856,89	20.826.409,06
<b>Despesas de capital (investimento)</b>	2.973.480,00	1.997.003,00	120.457,49	50.693,11	50.693,11
<b>Total Geral</b>	150.589.405,00	190.994.345,00	173.671.269,83	119.306.461,22	118.879.973,96

<sup>(1)</sup> Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

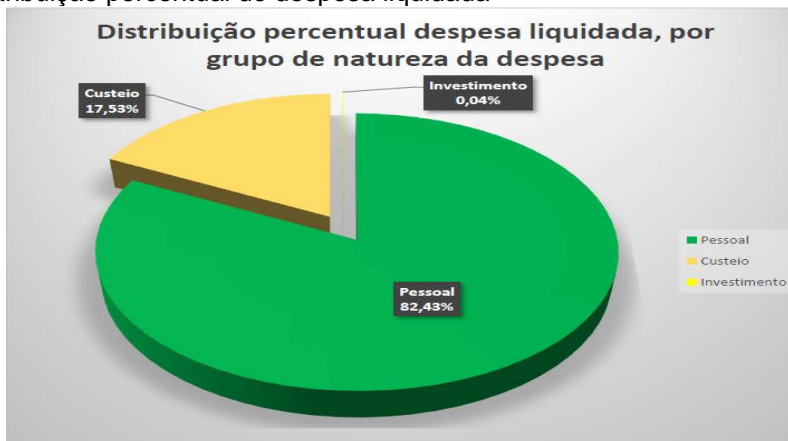
Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

Figura 3 - Distribuição percentual do orçamento autorizado



Fonte: SFC

Figura 4 - Distribuição percentual de despesa liquidada



Fonte: SFC



## Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro a seguir constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 5 - Atividades NCD

Atividades NCD	3º trimestre de 2023
Correspondências expedidas	944
Correspondências recebidas	2.021
Nº de processos arquivados	1.713
Nº de atendimentos online	2.667
Nº atendimentos presenciais	457

Fonte: NCD

## Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que vem possibilitando a manutenção do teletrabalho. No quadro abaixo são demonstrados alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 6 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	3º trimestre 2023
Estações de trabalho	748
Servidores com acesso aos recursos da rede	587
Número de chamados resolvidos no período	2.560
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4
<b>Sistemas em funcionamento</b>	<b>87</b>



Desenvolvidos pela SGTI	76
Adquiridos de terceiros	11

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 7 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a Secretaria do Ministério Público Especial de Contas (SMPC) na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de análise de contas	Módulo desenvolvido para que os auditores realizem análises sobre as remessas de prestação de contas enviadas pelos Jurisdicionados através do CidadES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes à contratações públicas.
Análise e Seletividade	O módulo Análise e Seletividade tem o objetivo de avaliar as denúncias e representações recebidas pelo TCE-ES que terão o prosseguimento da instrução processual, uma vez que a informação de irregularidade alcançar a pontuação mínima na análise de seletividade e for constatada a oportunidade da execução da ação de controle.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de achados	É uma plataforma para publicação, revisão e atualização de achados padrões de auditoria e contas. O módulo é acessado através do e-TCEES e substituiu o antigo banco de achados.
diárioBOT	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCE-ES.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.



Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Acompanhamento do MMD	Gestão do painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCE-ES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV; Quadro Analítico: exibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
NF-e Públicas	Este painel apresenta informações relativas às notas fiscais das compras públicas que foram realizadas no estado do Espírito Santo. Os dados utilizados são obtidos através de um convênio do TCE-ES com a SEFAZ-ES.
PACE – Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE)
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: Meu setor Mesa Visão Geral Planejamento Fiscalizações Processos Tarefas Desempenho Colaboradores Custos e benefícios Observatório Cumprimento Resolução 300 e MMD Prazos para julgamento Prazos no setor



	<p>Prazos de tarefas Tempo no setor Controle externo Prioritários Visão geral Fiscalizações Benefícios Sessões Deliberação Ouvidoria Sobrestados Administrativo Execução orçamentária Gestão do orçamento Recursos Humanos MMD Processos Planejamento Prazos por processo Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.</p>
Portal de Análise de Dados	<p>O painel de análise de dados possui ferramentas e informações para apoiar na análise de dados nas bases do TCEES e permitir que os próprios servidores possam, de forma independente, construir as consultas e painéis de que necessitam.</p>
Prestação de Contas Anual	<p>Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).</p>
Prestação de Contas Mensal	<p>Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).</p>
Processo Eletrônico	<p>Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.</p>
Protocolo Eletrônico	<p>Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.</p>
Publicação Demonstrativos Fiscais	<p>A Publicação de Demonstrativos Fiscais é utilizado principalmente pelo setor NGF, na busca de publicações do Diário Oficial do Estado e do Diário Oficial dos Municípios que contenham informações sobre os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO.</p>
SisaudWeb – Consulta	<p>O serviço Sisaud foi descontinuado no ano de 2013, substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Hoje é possível realizar a consulta dos dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012.</p>
Sistema de Atos de Pessoal	<p>Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter</p>



	digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Comunicação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita que os servidores cadastrados como responsáveis no CidadES visualizem, respondam ou tomem ciência das comunicações encaminhadas pelo TCE-ES.
Sistema de Concessão de Benefícios	Módulo da plataforma CidadES, que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados dos atos de concessão de benefícios de aposentadoria, reforma e reserva, cuja data de expedição ou do trânsito em julgado (no caso de concessão decorrente de decisão judicial) ocorreu a partir de 1º de julho de 2022.
Sistema de Contas Julgadas	O Parecer Prévio emitido pelo TCE-ES sobre as contas anuais prestadas pelos chefes do Poder Executivo Municipal é encaminhado ao Poder Legislativo Municipal para, mediante o mesmo, proceder o julgamento das contas do Prefeito.
Sistema de Contratação	Envio de informações sobre contratações em geral nas Unidades Gestoras.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.

Fonte: SGTI



## AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é o instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 3º trimestre de 2023, foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos, tomadas de contas especiais, representações e denúncias acerca de matérias relacionadas às competências constitucionais atribuídas ao TCEES.

Instrução de processos de prestações de contas de governo e de gestão e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas também foram elaboradas no período.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados Boletins da Macrogestão Governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento por meio do link do Painel de Controle: <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>

Foram publicados também no Painel de Controle os informes sobre a repercussão das projeções da produção do petróleo e gás nas finanças públicas do Estado do Espírito Santo e acerca da síntese da análise econômica das contas municipais do ano de 2022, em que foram destacados indicadores socioeconômicos, orçamentário, fiscal e previdenciário e também os principais riscos encontrados.



As informações disponibilizadas no Painel de Controle possibilitam o acompanhamento da gestão fiscal, geração de certidões, bem como contemplam o Informe do Indicador de Vulnerabilidade Fiscal, os pareceres prévios simplificados, dentre outras diversas ações de controle social e externo.

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:

### **Educação**

No 3º trimestre de 2023 encontrava-se em fase de execução a auditoria operacional da linha de ação “Avaliar a operacionalização das diretrizes decorrentes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas, respectivamente) pelas redes de ensino”.

Em fase de planejamento encontravam-se a auditoria operacional da linha de ação “Avaliar a operacionalização da Educação Especial nas redes de ensino do Espírito Santo”.

Foi concluída no período a fiscalização na modalidade Levantamento com foco nos requisitos mínimos de qualidade da infraestrutura das unidades escolares.

### **Saúde**

Com o objetivo de aprofundar o debate a respeito das Políticas Públicas (PP) destinadas as crianças de 0 a 6 anos, o TCEES promoveu estudo sobre a Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis (MICE), buscando examinar os dados do Estado do Espírito Santo de forma a ampliar o conhecimento sobre a temática da primeira infância, como sugere o Pacto Nacional pela Primeira Infância (PNPI), para a publicação de um Boletim sobre o assunto.





Encontra-se em fase de planejamento o Levantamento para conhecer a situação dos hospitais públicos capixabas relacionados aos aspectos de governança, gestão organizacional e infraestrutura.

Foi concluído o Monitoramento da auditoria de conformidade realizada na Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e nas 78 Secretarias Municipais de Saúde, no período compreendido entre 27/3/2020 e 16/11/2020. O objetivo foi fiscalizar a tempestividade e a compatibilidade do planejamento em saúde (Plano de Saúde e Programação Anual de Saúde) com as leis orçamentárias (planos plurianuais e leis orçamentárias anuais) e com o objetivo 3 (saúde e bem-estar) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da “Agenda 2030”, da Organização das Nações Unidas (ONU).

### **Previdência**

Foi finalizado o relatório que trata do acompanhamento acerca da sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social (RPPS) municipal, com graves desequilíbrios financeiros e atuariais.

Houve ações de orientação realizadas através de reuniões com o executivo e legislativo de municípios com RPPS em risco.

### **Folha de pagamento**

Foi iniciado o acompanhamento da recepção dos dados das folhas de pagamento dos municípios, avaliando o tratamento pelos jurisdicionados das impropriedades (consistências e pontos de controle) detectadas pelo Sistema CidadES - Folha de Pagamento.



## **Mobilidade Urbana**

Encontra-se em face de conclusão a fiscalização na modalidade acompanhamento, para verificar as providências adotadas pelos municípios quanto à elaboração e aprovação dos planos de mobilidade urbana (PMU), em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº. 12.587/2012) e as deliberações do processo TC 4636/2022.

Este trabalho visa contribuir para a implementação da política pública de Mobilidade Urbana de forma segura e equânime para a população capixaba, além de colaborar para a melhoria dos gastos e governança pública no desenvolvimento urbano sustentável e para o alcance das metas ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, em especial à meta 11.2 “Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.”

## **Saneamento Básico**

Encontra-se em andamento a fiscalização em municípios da Grande Vitória que visa apurar as causas e responsabilidades pelas falhas na prestação de serviços de esgotamento sanitário, de modo a minimizar os impactos sobre o meio ambiente e a saúde da população, além de contribuir para a melhoria dos gastos e governança pública no desenvolvimento urbano sustentável e para o alcance das metas do ODS 6 “Água Potável e Saneamento”.

Ainda sobre o tema, no período, estava em fase de conclusão da auditoria operacional para avaliar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico, com vistas a contribuir para a melhoria da implementação desta política, no tocante às vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário,



considerando os desafios estabelecidos pela alteração do Marco de Saneamento em 2020.

Também estava em fase de conclusão a construção do Painel de Saneamento, que objetiva dar transparência aos principais indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios do Espírito Santo, além de possibilitar o acompanhamento da evolução ou involução desses serviços públicos, tendo como referência as metas de universalização estabelecidas pela Lei 11.445/2007. O painel de saneamento também apresentará o Ranking de Saneamento Básico dos Municípios Capixabas (RSBMC).

A disponibilização desta ferramenta propiciará o controle social sobre a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como do RSBMC. O painel também disponibilizará informações importantes para a avaliação de risco nas fiscalizações dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

### **Parceria Público-Privada e concessão**

Estava em andamento a análise concomitante de edital e demais estudos de modelagem da Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública do município de Colatina.

Foi finalizado no período a auditoria ordinária em contrato de concessão de estacionamento rotativo do município de Colatina, a fim de promover a análise do cumprimento das obrigações contratuais e da efetividade da fiscalização do Poder Concedente.

### **Obras Públicas**

Encontrava-se em execução no período a Auditoria de Conformidade que visa fiscalizar o sistema de iluminação pública do município da Serra, com foco em modernização e manutenção do sistema.



Foi realizada análise de viabilidade quanto à instituição de comissão de estudos sobre as obras paralisadas e inacabadas no Estado do Espírito Santo. Este acompanhamento foi realizado em parceria com outros tribunais de contas estaduais e municipais aderentes, sob a liderança do Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de viabilizar a retomada ou a destinação adequada sob o ponto de vista técnico-financeiro, com a participação de representantes dos órgãos e entidades envolvidos no tema.

Também no período estava em andamento a fiscalização acerca dos motivos da paralisação e eventuais medidas para a retomada de obra de edificação escolar encontrada abandonada durante procedimentos da Operação Educação e ainda quanto à existência de programa de manutenção nas escolas a partir dos resultados desta Operação.

Ainda na temática obras públicas, são acompanhadas de forma concomitante as principais licitações selecionadas segundo critérios de materialidade, risco, relevância e oportunidade; bem como as obras relevantes, também selecionadas segundo os mesmos critérios, utilizando imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

### **Auditoria Financeira**

Encontrava-se em andamento a auditoria financeira das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (BGE) do exercício de 2023 para fins de obtenção de segurança razoável de que os elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis consolidadas do Estado do Espírito Santo (exercício de 2023), tomados em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo opinião em conformidade com a NBC TA 805 - Considerações Especiais – Auditoria de Quadros Isolados das Demonstrações Contábeis e de Elementos, Contas ou Itens Específicos das Demonstrações Contábeis.



Foi finalizada a auditoria financeira (piloto) da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2021 dos municípios de Vila Velha, Cariacica e Viana. A auditoria financeira tem como objetivo obter segurança razoável sobre se o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício findo em 31.12.2022 está livre de distorção relevante, seja por fraude ou erro, possibilitando, assim, ao auditor expressar uma opinião sobre se os saldos analisados foram apresentados, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

### **Receita Pública**

No período, houve uma ação com o objetivo de instruir o conteúdo relativo à Renúncia de Receitas na Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal, com vistas a subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à Renúncia de Receitas encaminhadas nas respectivas Prestações de Contas (PCA). Quanto ao Estado foi finalizada a instrução de 2021 e 2022 deste conteúdo na Prestação de Contas do Governador do Estado e no âmbito municipal foi finalizada a instrução deste conteúdo relativo ao exercício de 2021 e quanto ao exercício de 2022 encontrava-se em fase de instrução inicial.

Foi finalizada a fiscalização no governo do Estado e nos municípios de Conceição da Barra e Guarapari para avaliar o Planejamento, constituído nas peças orçamentárias, referente ao exercício de 2022, das concessões de incentivos fiscais vigentes que resultaram em renúncia de receita tributária em face das previsões legais na legislação capixaba e os controles estatais referentes a concessão dos benefícios fiscais, especialmente para fins de regular prestação de contas nos termos da IN 068-2020, no tocante ao Demonstrativo de Renúncia de Receita (DEMRE).



Ainda no período, encontrava-se em andamento a fiscalização no município de Marataízes acerca da gestão da dívida ativa quanto à inscrição, controle, cobrança e registro.

### **Gestão Fiscal**

Houve ação de instrução acerca do conteúdo de gestão fiscal na Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal, relativo ao exercício de 2021 e 2022, com vistas a subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à gestão fiscal encaminhados nas respectivas Prestações de Contas (PCA). Quanto ao Estado foi finalizada a instrução de 2021 e 2022 deste conteúdo na Prestação de Contas do Governador do Estado e no âmbito municipal foi finalizada a instrução inicial e estava em andamento a Instrução Técnica Conclusiva deste conteúdo relativo ao exercício de 2021 e quanto ao exercício de 2022 encontrava-se em fase de instrução inicial.

Foi finalizada a instrução de 2021 e 2022, sobre os aspectos da gestão fiscal, os processos de prestações de contas anuais - de gestão - dos chefes de poderes no âmbito do Estado, sob a jurisdição desta Corte (Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual), com a finalidade de subsidiar o julgamento por este Tribunal.

No período, houve ainda o acompanhamento da efetiva emissão automatizada dos alertas bimestrais, quadrimestrais e semestrais pelo sistema CidadES e da autorização da publicação no Diário Eletrônico do TCEES, relativos à despesa com pessoal, metas de arrecadação, operações de crédito, garantias e contragarantias e resultados primário e nominal.



## **Parcerias Interinstitucionais**

Participação no planejamento e divulgação da auditoria ordenada nacional sobre infraestrutura escolar, fruto de acordo de cooperação entre a Atricon e o Instituto Rui Barbosa - IRB e que contou com a participação de todos os tribunais de contas brasileiros.

Foram realizadas reuniões com servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) para o planejamento de ações de controle com foco na temática Primeira Infância.

Parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para o desenvolvimento do projeto prioritário de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas para o fortalecimento da atividade de controle externo das políticas públicas.

Parceria com a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) - Observatório da Indústria para pesquisa de dados específicos sobre economia.

Parceria com o Ministério Público do ES/GAECO para geração de informações para compartilhamento de dados, utilizando a Matriz de Risco (Atualização), visando a identificação de indícios de fraude e corrupção, bem como produção de relatório de informações estratégicas para subsidiar tomada de decisão pelo parceiro.

Parceria com a Polícia Federal para a geração de informações para compartilhamento de dados para identificação de indícios de fraude e corrupção.

Parceria com a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo para geração de informações e atendimento de demandas específicas, com vistas ao encaminhamento de informações para subsidiar ações da Polícia Civil.

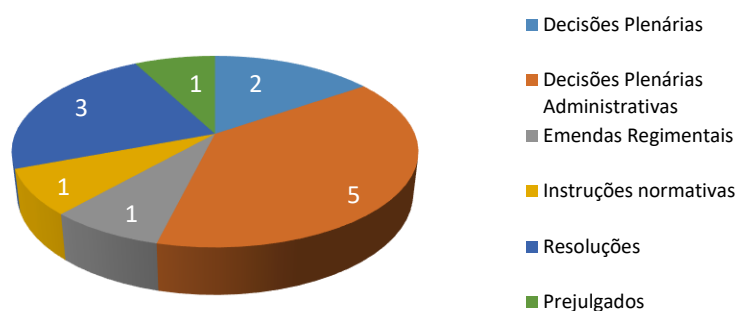
Participação no subgrupo constituído no âmbito da Rede de Controle Focco/ES para fins de atuação na melhoria da governança de aquisições e contratações realizadas por consórcios municipais.

## ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros e dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 3º trimestre de 2023:

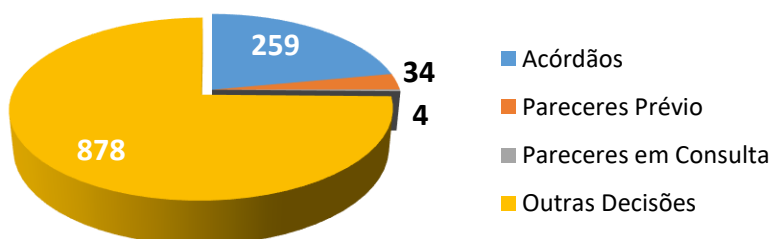
Figura 5 - Atos Normativos



Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três conselheiros e dois conselheiros substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:

Figura 6 - Apreciações e Julgamentos



Fonte: Adaptado de SGS

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2ª Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 48 sessões no 3º trimestre de 2023.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o 3º trimestre de 2023, verifica-se que houve avanço nas diversas áreas de atuação do TCEES, especialmente nas ações de controle externo, o que demonstra o compromisso desta Corte em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no período, apontam-se:

- ✓ Estreia do Tribunal de Contas na TVE-ES – canal aberto de televisão - no programa É da Sua Conta. O espaço, de 12 a 15 minutos, é usado para explicar ao público local quais são as principais atribuições do TCEES e sua composição; mostrar a relevância da instituição para a sociedade; apresentar o resultado de suas fiscalizações, entre vários outros assuntos institucionais;
- ✓ Firmado com o Supremo Tribunal Federal (STF) o termo de adesão ao Programa de Combate à Desinformação (PCD). A criação do programa está inserida no contexto do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), à qual o Supremo aderiu integralmente, que estabelece a meta de promover instituições fortes, inclusivas e transparentes em todos os níveis;
- ✓ Disponibilização da oportunidade para que todos os servidores possam realizar consulta médica de caráter preventivo online. A ação é parte do Programa “Saúde do Servidor” e visa a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores do Tribunal;
- ✓ Publicação no Painel de Controle dos informes sobre a repercussão das projeções da produção do petróleo e gás nas finanças públicas do Estado do Espírito Santo e acerca da síntese da análise econômica das contas municipais do ano de 2022, em que foram destacados indicadores socioeconômicos, orçamentário, fiscal e previdenciário e também os principais riscos encontrados;



- ✓ Em face de conclusão estava a fiscalização na modalidade acompanhamento, para verificar as providências adotadas pelos municípios quanto à elaboração e aprovação dos planos de mobilidade urbana (PMU), em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº. 12.587/2012);
- ✓ Também estava em fase de conclusão a construção do Painel de Saneamento, que objetiva dar transparência aos principais indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios do Espírito Santo, além de possibilitar o acompanhamento da evolução ou involução desses serviços públicos, tendo como referência as metas de universalização estabelecidas pela Lei 11.445/2007. O painel de saneamento também apresentará o Ranking de Saneamento Básico dos Municípios Capixabas (RSBMC);
- ✓ Acompanhamento das obras públicas de forma concomitante, considerando as principais licitações selecionadas segundo critérios de materialidade, risco, relevância e oportunidade; bem como as obras relevantes, também selecionadas segundo os mesmos critérios, utilizando imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

**Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun**

Presidente do TCEES



## ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

